



CHAMAMENTO PÚBLICO

001-2025-CR

CONTRATANTE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPETINGA-BA

OBJETO

Contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores, para prestação de serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA, através de Documento de Arrecadação, em padrão FEBRABAN e Débito Automático, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 293.384,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Não haverá sessão

DATA DE VIGÊNCIA

De 10/07/2025 às 08:00h (horário de Brasília)
até 09/07/2026 às 17:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Item

EDITAL

O edital pode ser adquirido no endereço eletrônico

WWW.LICITANET.COM.BR

WWW.SAAEITAPETINGA.COM.BR/PORTAL-DE-LICITACOES/

WWW.pncp.gov.br

EDITAL Nº 001-2025-CR



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO	4
4. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO	5
5. DOS SERVIÇOS E DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS	5
6. DO PAGAMENTO	5
7. DA VIGÊNCIA	6
8. DAS PENALIDADES E DESCRENCIAMENTO	6
9. DOS RECURSOS AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO	6
10. DA RESCISÃO	6
11. REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO	6
12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	6
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
ANEXO I	8
APÊNDICE DO ANEXO I	20
ANEXO II	30
ANEXO III	43
ANEXO IV	44



SAAE DE ITAPETINGA - BAHIA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 14.464.143/0001-69

CREDENCIAMENTO Nº 001-2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

Torna-se público que o **SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPETINGA - BA**, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, sediado na cidade de Itapetinga-BA, na Rua Macarani nº 164, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto Municipal nº 225 de 06 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Edital visando **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E AGENTES ARRECADADORES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPETINGA/BA, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO, EM PADRÃO FEBRABAN E DÉBITO AUTOMÁTICO, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS**, nos termos e condições deste Edital.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento

Endereço: Sede (Escritório) do SAAE do Itapetinga/BA, situada à Rua Macarani, 164, Centro, Itapetinga – BA, CEP 45.700-000.

Datas: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de **10/07/2025**, das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, no endereço acima indicado.

Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail contratos@saaeitapetinga.com.br / saaeiga@yahoo.com.br fone (77) 3142-0615.

Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021.

Inexigibilidade de Licitação: Art. 74, inciso IV c/c Art. 78 inciso I todos da Lei Federal nº 14.133/2021

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores, para prestação de serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA, através de Documento de Arrecadação, em padrão FEBRABAN e Débito Automático, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Os pagamentos poderão ser realizados presencialmente nas agências e postos credenciados, por meio de canais digitais e de autoatendimento.
- 1.3. 1.3. A contratação será feita **de forma paralela e não excludente**, conforme art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, podendo haver múltiplas instituições credenciadas para atuar simultaneamente.

EDITAL Nº 001-2025-CR



2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Chamamento todas as instituições financeiras legalmente constituídas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como correspondentes bancários legalmente habilitados, que comprovem atender às exigências deste edital.

2.2. Não poderão participar:

- 2.1.1.** Empresas declaradas inidôneas ou suspensas por qualquer órgão da Administração Pública;
- 2.1.2.** Concorratária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 2.1.3.** Empresas que tenham, em seu quadro societário, servidores públicos vinculados ao SAAE de Itapetinga/BA;
- 2.1.4.** Empresas com vínculos familiares até o 3º grau com agentes públicos diretamente envolvidos no processo.

2.2. A documentação exigida deverá ser entregue presencialmente na sede do SAAE, situada na **Rua Macarani, nº 164, Centro, Itapetinga/BA**, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h – 14h às 17h, a partir da data de publicação deste edital.

3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Habilitação Jurídica (art. 67, I)

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto) registrado;
- Registro comercial (para empresário individual);
- Prova de inscrição no CNPJ.

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 67, II)

- Certidão de Quitação de Tributos Federais (PGFN e RFB);
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal;
- Certidão de Regularidade com o FGTS (CEF);
- Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT – TST).

c) Qualificação Técnica (art. 67, III)

- Comprovações de capacidade técnica, se necessário (atestados, contratos anteriores etc.);
- Declarações de estrutura compatível com o objeto.

d) Qualificação Econômico-Financeira (art. 67, IV)

- Balanço patrimonial do último exercício;
- Índices financeiros ou certidões negativas de falência.

e) Declarações Obrigatórias

- Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o poder público (art. 63, §1º);
- Declaração de cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando aplicável;
- Declaração de não ter sido punido com sanção impeditiva.

f) Exigências Complementares (exclusivo para postos de arrecadação)

- Para fins de instalação de **postos de arrecadação físicos**, será analisada previamente a **viabilidade técnica e operacional**, considerando a **necessidade da localidade** em que a



empresa pretende atuar, respeitando critérios de conveniência e oportunidade definidos pela Administração;

- A empresa interessada deverá possuir **tempo mínimo de 3 (três) anos de atividade formal**, devidamente comprovado por meio do CNPJ;
- O Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da empresa deverá ser **compatível com o objeto da contratação**, ou seja, incluir atividades relacionadas a serviços financeiros, bancários ou arrecadatórios.

g) Documentos Complementares

- Solicitação de Credenciamento (Anexo III);
- Declaração de Inexistência de Impedimentos (Anexo IV).

4. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 4.1.** A Comissão de Contratação analisará os documentos apresentados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.2.** Caso haja necessidade de complementação, os interessados serão notificados.
- 4.3.** Após a fase de habilitação, o credenciado será convocado para, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, assinar o contrato;
- 4.4.** Os credenciados serão listados em publicação oficial no site do SAAE e poderão iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do Termo de Credenciamento.

5. DOS SERVIÇOS E DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1.** O Credenciado deverá executar os serviços no(s) local(is) previamente indicado(s) no termo contratual, conforme as orientações da Autarquia.
- 5.2.** O Credenciado deverá manter-se regularmente habilitado perante os órgãos fiscalizadores competentes de sua área de atuação, sob pena de rescisão contratual.
- 5.3.** O Credenciado será o único responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e tributários decorrentes da execução dos serviços, inclusive aqueles relacionados a seus empregados, prepostos ou terceiros envolvidos, isentando integralmente esta Autarquia de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 5.4.** Os serviços objeto deste credenciamento terão vigência inicial de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de início do contrato, podendo ser prorrogados conforme interesse da Administração e nos termos da legislação vigente.

6. DO PAGAMENTO

- 6.1.** O valor estimado por guia arrecadada será fixado no Termo de Referência e Minuta de Contrato conforme média de preços praticados por outras Administrações Públicas, nos termos da Pesquisa de Preços.
- 6.2.** O pagamento será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios de arrecadação, com os devidos descontos legais.
- 6.3.** A instituição deverá ser responsável pela transferência dos valores arrecadados à conta bancária do SAAE até o mesmo dia útil de recebimento (D+0) ou, até o primeiro dia útil após o recebimento (D+1).



7. DA VIGÊNCIA

- 7.1. O Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante interesse da Administração.

8. DAS PENALIDADES E DESCRENCIAMENTO

- 8.1. A instituição poderá ser descredenciada a qualquer tempo por descumprimento contratual, mediante processo regular com direito à ampla defesa.
- 8.2. O descredenciamento voluntário poderá ser solicitado pela credenciada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 8.3. Demais penalidades preconizadas na Minuta de Contrato.

9. DOS RECURSOS AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

- 9.1. A requerente terá o prazo de 05 dias úteis, contado da data da publicação do resultado, para interpor recurso do indeferimento do credenciamento, na forma do art. 164 § único da Lei Federal 14.133/2021.

10. DA RESCISÃO

- 10.1. A inexecução total ou parcial das obrigações contratuais poderá ensejar a rescisão do contrato, com a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2. A Contratante poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da referida Lei, mediante regular processo administrativo.
- 10.3. Nos casos de rescisão contratual com fundamento no art. 138 da Lei nº 14.133/2021, não assistirá ao contratado o direito a qualquer indenização, salvo nas hipóteses expressamente previstas no §2º do referido artigo, desde que devidamente comprovadas e formalmente reconhecidas pela Administração.

11. REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO

- 11.1. O processo de credenciamento poderá ser revogado ou anulado nos termos do art. 71, II da Lei 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação.
- 12.2. O presente edital e seus anexos estarão disponíveis no site oficial do SAAE de Itapetinga/BA, no PNCP e no Licitanet.
- 12.3. É facultado a Administração rejeitar o objeto, desde que seja apresentada proposta em desacordo com as exigências do Edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://saaeitapetinga.com.br/portal-de-licitacoes/>
- 13.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.2.1. ANEXO I - Termo de Referência;



- 13.2.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.2.2.** ANEXO II – Minuta da ATA de Registro de Preços;
- 13.2.3.** ANEXO III – Requerimento de Credenciamento;
- 13.2.4.** ANEXO IV - Declaração de observância ao art. 7º, inciso XXXIII da constituição federal;

Itapetinga-BA, em 10 de julho de 2025.

Airton Alves Ferraz
Diretor
SAAE - Itapetinga - BA

EDITAL Nº 001-2025-CR



CREDENCIAMENTO Nº 001-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 143.25-06-2025

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a' da Lei n. 14.133/2021)

- 1.1.** Contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores, para prestação de serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA, através de Documento de Arrecadação, em padrão FEBRABAN e Débito Automático, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.
- 1.2.** Escolha da proposta mais vantajosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo.
- 1.3.** O objeto a ser adquirido deve obedecer de forma estrita às especificações e quantidades previstas na planilha abaixo, serão informados os tamanhos e os modelos masculino ou feminino para cada item na Ordem de Serviço:

Item	Especificações	Unid.	Quant.
01	Autoatendimento, Internet e Correspondentes Bancários	Unid.	320.000,00
02	Débito Automático	Unid.	2.400,00

- 1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.5. Subcontratação

- 1.5.1.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

- 2.1.** Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei n. 14.133/2021)

- 3.1.** Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

4. REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei n. 14.133/2021)

- 4.1.** Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

EDITAL Nº 001-2025-CR



5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

5.1. VISTORIA TÉCNICA (EXCLUSIVO PARA POSTOS ARRECADADORES)

- 5.1.1.** A vistoria técnica será obrigatória exclusivamente para os interessados em operar **postos físicos de arrecadação** (correspondentes bancários, lotéricas ou unidades similares), localizados no município de Itapetinga/BA ou em localidades atendidas pelo SAAE.
- 5.1.2.** A finalidade da vistoria é **verificar a adequação da estrutura física, tecnológica e operacional** do estabelecimento indicado, assegurando condições mínimas para a prestação do serviço, tais como:
- Atendimento ao público com segurança e conforto;
 - Equipamentos compatíveis com a autenticação eletrônica de faturas (leitura de código de barras, conexão com sistema bancário, impressão de comprovantes, etc.);
 - Acesso à internet e sistemas de registro e controle de transações;
 - Ponto físico devidamente sinalizado, com identificação visível e funcionamento em horário comercial regular;
 - Instalações que atendam às normas sanitárias, de acessibilidade e segurança.
- 5.1.3.** O Diretor do SAAE designará, por meio de ato administrativo, uma comissão composta por 03 (três) servidores do quadro do SAAE, que será responsável pela realização da vistoria técnica e emissão de parecer quanto à viabilidade de instalação do posto de arrecadação.
- 5.1.4.** A vistoria será realizada por comissão designada pelo SAAE de Itapetinga/BA, que emitirá **relatório técnico conclusivo**, aprovando ou não o local proposto.
- 5.1.5.** A aprovação na vistoria será **condição obrigatória para a formalização do credenciamento do posto arrecadador**. A empresa poderá propor mais de um ponto de atendimento, desde que todos passem por vistoria individual.
- 5.1.6.** Caso sejam identificadas **não conformidades**, o interessado será notificado para realizar as adequações necessárias no prazo estabelecido. O não atendimento à exigência inviabilizará o credenciamento do ponto de arrecadação.
- 5.1.7. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 5.1.8.** A Autarquia será responsável pela geração das guias de arrecadação, as quais poderão ser disponibilizadas aos contribuintes por meio dos seguintes canais:
- Atendimento presencial na sede do SAAE;
 - Portal Entrega direta pelos leituristas, no ato da leitura de consumo.
 - Caberá exclusivamente ao contribuinte a escolha eletrônico oficial ou aplicativo do SAAE;
- 5.1.9.** do meio de emissão das guias de arrecadação e da instituição financeira credenciada pela qual deseja efetuar o pagamento.
- 5.1.10.** O credenciamento da instituição arrecadadora não implica, em hipótese alguma, garantia de volumes mínimos de recebimentos ou exclusividade na execução dos serviços.
- 5.1.11.** A presente contratação não gera qualquer vínculo de natureza trabalhista entre o SAAE e os colaboradores da instituição credenciada envolvidos na prestação do serviço.



- 5.1.12.** O credenciado deverá comunicar formalmente ao SAAE, com a máxima brevidade possível, quaisquer ocorrências que comprometam a continuidade dos serviços, como falhas, avarias, danos, reparos ou alterações nos sistemas ou aplicativos utilizados na arrecadação.
- 5.1.13.** O credenciado deverá disponibilizar ao SAAE, sempre que solicitado, documentos comprobatórios, certidões negativas de débitos trabalhistas, fiscais, previdenciários, ou quaisquer outras informações pertinentes ao acompanhamento da execução contratual.
- 5.1.14.** O credenciado deverá manter central de atendimento ou preposto responsável para prestar suporte técnico e esclarecimentos relacionados à operacionalização dos sistemas de recebimento, arquivos de retorno digital e atendimento a solicitações de arquivos ou pagamentos eventualmente pendentes.
- 5.1.15.** O credenciado será integralmente responsável por quaisquer danos materiais ou morais causados a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na prestação dos serviços, isentando o SAAE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 5.1.16.** É vedada a cessão, subcontratação, transferência ou subempreitada, total ou parcial, dos direitos e obrigações decorrentes desta contratação, salvo em casos de comprovada necessidade técnica e desde que previamente autorizados pelo SAAE. Ressalva-se, entretanto, a possibilidade de o credenciado utilizar agentes terceiros vinculados à própria instituição financeira, sob sua inteira responsabilidade, sem quaisquer ônus ao SAAE.
- 5.1.17.** O credenciado deverá realizar o recebimento dos valores conforme os dados e condições constantes nas guias de arrecadação emitidas, obedecendo integralmente às orientações e instruções técnicas fornecidas pelo SAAE.

5.2. QUALIDADE DO SERVIÇO

- 5.2.1.** A prestação de serviços será realizada com observância de padrões técnicos e operacionais que garantam a eficiência e a qualidade exigidas pela administração pública. Os parâmetros de qualidade serão definidos com base em especificações claras e mensuráveis no contrato, considerando:
- 5.2.2.** CONFORMIDADE TÉCNICA:
- 5.2.3.** Todos os itens descritos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes neste documento, de modo a assegurar a padronização visual, a durabilidade, o conforto e a segurança dos servidores no desempenho de suas funções.
- 5.2.4.** As peças de vestuário deverão ser confeccionadas com materiais novos, de primeira qualidade, seguindo rigorosamente as características de tecido, gramatura, cor (incluindo os padrões RGB/HEX quando indicados), modelagem, acabamento e aplicação de logomarcas definidas neste instrumento.
- 5.2.5.** A contratada deverá assegurar que as peças sejam produzidas com fidelidade ao padrão visual institucional, especialmente no que se refere à aplicação correta das logomarcas do SAAE e da Prefeitura, conforme layout fornecido pela contratante.
- 5.2.6.** Será exigida amostra física dos itens, que será submetida à análise técnica por parte da contratante antes da produção definitiva, a fim de comprovar a conformidade com as exigências técnicas estabelecidas.



5.2.7. A não conformidade de qualquer item com as especificações, bem como com a amostra aprovada, poderá ensejar a recusa do material, aplicação de penalidades e demais medidas previstas no contrato.

5.3. DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO DAS CONTAS DE CONSUMO DE ÁGUA

5.3.1. As atividades de arrecadação das contas de consumo de água serão executadas pela CONTRATADA, por meio de sua rede credenciada, observando rigorosamente o vencimento dos documentos e os seguintes procedimentos:

5.3.2. O recebimento dos valores das contas deverá ser realizado, preferencialmente, em espécie, ficando a CONTRATADA inteiramente responsável por eventuais pagamentos efetuados por meio de cheques, inclusive em caso de devolução ou não compensação.

5.3.3. A CONTRATADA somente poderá receber os valores expressamente indicados nas contas emitidas pelo SAAE, sendo vedado o recebimento de quaisquer outras quantias dos consumidores.

5.3.4. É proibido à CONTRATADA conceder descontos por antecipação de pagamento, bem como exigir acréscimos ou encargos não previstos nas respectivas faturas.

5.3.5. Em nenhuma hipótese será permitida a alteração da data de vencimento das contas por parte da CONTRATADA.

5.3.6. A quitação das contas de consumo será comprovada mediante:

- Autenticação mecânica, ou;
- Ticket de pagamento devidamente anexado à fatura, contendo reprodução fiel do código de barras nas duas vias da conta.

5.3.7. A primeira via (recibo do consumidor) deverá ser entregue ao usuário após autenticação. A segunda via (canhoto) deverá ser mantida e integrará a prestação de contas, acompanhada da cópia do arquivo eletrônico (meio magnético), para eventual comprovação, caso solicitado pelo SAAE.

5.3.8. A CONTRATADA deverá encaminhar, diariamente até às 20h, arquivo eletrônico contendo as informações de arrecadação do próprio dia (D+0), por meio de sistema ou e-mail. Para instituições bancárias, o envio poderá ocorrer até às 08h do dia útil seguinte (D+1), em portal específico ou para o e-mail: contasconsumo@saaeitapetinga.com.br.

5.3.9. Caso o arquivo eletrônico mencionado no item anterior seja devolvido pela CONTRATANTE por motivo de inconsistência ou erro, a CONTRATADA deverá proceder com as devidas correções e reenviá-lo em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da devolução.

5.3.10. A prestação de contas deverá conter apenas os documentos recebidos em uma mesma data, salvo nos casos de sábados, domingos, feriados ou encerramento do expediente bancário, quando poderá haver consolidação. O relatório de prestação de contas deverá ser entregue até às 14h do primeiro dia útil subsequente à arrecadação.

5.3.11. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela guarda e integridade dos valores recebidos até a efetiva entrega da prestação de contas ao SAAE, inclusive em casos de força maior ou caso fortuito, não se eximindo de sua responsabilidade.



- 5.3.12.** Os valores arrecadados deverão ser transferidos para a conta bancária indicada pelo SAAE em até 01 (um) dia útil (D+1) após a data de arrecadação.
- 5.3.13.** Em caso de divergência entre os valores efetivamente arrecadados e os montantes transferidos à conta do SAAE, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à Autarquia, informando os motivos da diferença e os procedimentos adotados para regularização.
- 5.3.14.** A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitado, todas as informações, documentos e esclarecimentos relativos à arrecadação das contas de consumo de água, aos servidores ou prepostos formalmente designados pela CONTRATANTE.
- 5.3.15.** Alterações promovidas pela CONTRATANTE no modelo das faturas, nos sistemas de arrecadação ou nos procedimentos de transferência de valores arrecadados deverão ser comunicadas previamente à CONTRATADA, para sua ciência e anuência.
- 5.3.16.** Essa comunicação será formalizada por meio de correspondência oficial, que passará a integrar o contrato independentemente de aditivo formal, servindo como instrumento legítimo de alteração contratual por adesão.

5.4. PRAZO DE ENTREGA

- 5.4.1.** A execução deverá ser iniciada imediatamente, após emissão a Nota de Empenho e da comunicação da contratada pelo setor requisitante.
- 5.4.2.** O objeto será recebido no prazo estipulado, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. LOCAL E FORMA DE ENTREGA

- 5.5.1.** Os serviços deverão ser entregues, no Escritório do SAAE, situado na Rua Macarani, 164, Centro, Itapetinga-BA, CEP 45700-000, ficando vedada a entrega em horário fora do expediente de trabalho, a não ser que haja recomendação, por escrito, na autorização de fornecimento, por parte da administração do contrato.
- 5.5.2.** Os materiais deverão ser entregues dentro dos seguintes horários:
 - a)** Segundas-feiras às sextas-feiras no período da manhã, das 07:15h às 08:15h.
 - b)** O prazo de entrega, em casos excepcionais como atendimento emergencial de calamidades e garantia da lei e da ordem, poderá ser reduzido e/ou estendido, mediante acerto entre as partes, registradas em contrato e sem danos ao erário.
- 5.5.3.** O objeto do presente Termo de Referência será acompanhado e fiscalizado pelo SAAE, através de um servidor autorizado pela direção, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis, conforme Lei 14.133/2021.
- 5.5.4.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle.
- 5.5.5.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições



técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos.

- 5.5.6.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.5.7.** Os instrumentos que substituirão o contrato (nota de empenho de despesa e ordem de compra e/ou registro de preço) deverão ter seus dispositivos fielmente observados e executados pelas partes, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência, dos demais documentos que compõem esta contratação e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.5.8.** As comunicações entre a Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.5.9.** A Entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.6.1.** O Objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta
- 5.6.2.** Em caso de rejeição, os itens deverão ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei.
- 5.6.3.** Na hipótese de rejeição a que se refere o subitem anterior, caso a substituição não ocorra dentro do prazo fixado, o contratado estará às penalidades legais previstas na lei nº 14.133/21.
- 5.6.4.** O Objeto será recebido definitivamente no prazo estipulado, após a verificação da qualidade e quantidade de horas trabalhadas.
- 5.6.5.** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.6.6.** Durante a entrega, os serviços prestados deverão estar integralmente alinhados às orientações fornecidas pelo setor técnico responsável, que estará presente no local de execução para acompanhar e validar a conformidade dos trabalhos realizados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do objeto, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



- 6.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.1.3.1.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.1.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art.117, §2º).
- 6.1.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.1.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº14.133/2021, art. 120).
- 6.1.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.1.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.1.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.1.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 6.1.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 6.2. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 6.2.1.** A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos para execução dos serviços nas melhores condições, seguindo as especificações e as quantidades estipuladas no termo de referência, aprovados pela Autarquia.
- 6.3. TRANSPORTE E CUSTODIA DOS MATERIAIS**
- 6.3.1.** A CONTRATADA será responsável pelo transporte de todos os materiais necessários à execução do objeto.
- 6.4. ASSINATURAS**
- 6.4.1. CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO**



6.4.1.1. Não se aplica.

6.4.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO.

6.4.2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da data de assinatura deste contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

6.5. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.5.1. A Fiscalização proveniente deste Termo de Referência será a senhor: **José Barros Silva**, portadora do **Registro Geral nº 2263896/SSP-BA** e registro no **Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 242.289.585-91**, Funcionário desta autarquia, lotado na Divisão Administrativa.

6.5.2. Gestora do contrato será a senhora: **Miralva Rodrigues da Silva Rocha**, **Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 137.243.475-53**, Funcionária desta autarquia, lotado na Divisão Administrativa.

6.6. DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI, da Lei nº 14.133/2021).

6.6.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 433.390,00 (Quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e novena reais)**.

6.6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6.6.4. O pagamento será realizado através de ordem ou PIX, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.6.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.6.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.6.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa.

6.6.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

6.7.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento dos serviços até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, com base nas **tarifas efetivamente arrecadadas**. No ato do pagamento, a Autarquia efetuará a **retenção do Imposto de Renda (IRRF)**, conforme



disposto no **Decreto Municipal nº 4.445, de 31 de julho de 2023**, e em conformidade com a **Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023**.

- 6.7.2.** A **medição dos serviços prestados** será realizada com base nos relatórios de retorno eletrônico fornecidos pela instituição credenciada, nos quais deverão constar os registros processados. O valor devido será calculado pela **multiplicação da quantidade de guias arrecadadas pela tarifa unitária contratada**.
- 6.7.3.** O pagamento dos serviços será efetuado conforme o prazo estabelecido na cláusula 7.1, respeitando os critérios definidos neste instrumento.
- 6.7.4.** Nos termos do **Tema nº 1.130 de repercussão geral** do Supremo Tribunal Federal e do **art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, com redação dada pela IN RFB nº 2.145/2023, é de competência dos Municípios, Estados e Distrito Federal o produto da **arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte (IRRF)** sobre pagamentos efetuados por suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para fornecimento de bens ou prestação de serviços, conforme previsto nos arts. 157, I e 158, I da Constituição Federal.
- 6.7.5.** Para fins de **cálculo da retenção do IRRF**, deverão ser observados os percentuais constantes no **Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012**, além das disposições do **Decreto Municipal nº 4.445/2023**, que regulamenta a matéria no âmbito do Município e autoriza a retenção do imposto na fonte.
- 6.7.6.** O valor a ser pago à credenciada por guia arrecadada deverá refletir o **valor líquido**, já descontado o imposto retido na fonte, conforme aplicável.
- 6.7.7.** Caso o fornecedor se enquadre em alguma hipótese de **isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero**, nos termos do **art. 40 da IN RFB nº 1.234/2012**, com redação dada pela IN RFB nº 2.145/2023, deverá declarar expressamente essa condição em seu documento fiscal, indicando o respectivo **enquadramento legal**. A omissão dessa informação implicará na aplicação da **alíquota integral do IRRF**, conforme a natureza do serviço contratado.
- 6.7.8.** Se o fornecedor for **optante pelo Simples Nacional**, deverá apresentar declaração específica nesse sentido, conforme modelo constante no **Anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012**, assinada por seu representante legal, no ato da assinatura do contrato ou de sua renovação. Essa declaração poderá ser enviada por meio eletrônico e assinada digitalmente.
- 6.7.9.** Caso, durante a execução contratual, o fornecedor **deixe de atender aos requisitos legais que fundamentam a imunidade, isenção ou não incidência do IRRF**, deverá comunicar formalmente o SAAE, por intermédio do fiscal e do gestor do contrato. O não cumprimento dessa obrigação poderá ensejar a **aplicação de penalidades administrativas, civis e criminais**.
- 6.7.10.** Eventuais **irregularidades ou divergências** nas informações fiscais, cadastrais ou operacionais serão comunicadas à instituição credenciada, sendo estabelecido prazo razoável para sua regularização.
- 6.7.11.** O valor a ser pago por guia arrecadada será aquele definido no **Estudo Técnico Preliminar**, com base na pesquisa de preços homologados em contratações similares realizadas pela Administração Pública.



7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

7.1. É classificado como serviço comum.

7.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CREDENCIAMENTO**.

7.3. Caberá aos participantes apresentar proposta comercial adequada aos requisitos delimitados no subitem 8.1 deste Termo.

7.4. A proposta deverá conter os dados identificadores da proponente exigidos no edital.

7.5. FORMA DE FORNECIMENTO

7.5.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma **PARCELADA**, mediante a emissão de ordem de compra, nota de empenho ou documento equivalente, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais e de acordo com a necessidade do contratante.

7.6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.6.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Alternativamente, as duas certidões mencionadas poderão ser substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica** disponibilizada pelo TCU – Certidões APF acessível por meio do link (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.6.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.6.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio de documentos solicitados.

7.6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.6.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

7.6.11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

a) Habilitação Jurídica (art. 66)

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto ou equivalente), devidamente registrado;
- Registro comercial (no caso de empresário individual);
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 68)

- Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (RFB/PGFN);
- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de regularidade perante o FGTS (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – TST).

c) Qualificação Técnica (art. 67)

- Comprovação de experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica ou contratos anteriores;
- Declaração de que dispõe da estrutura física, tecnológica e operacional necessária para a adequada prestação dos serviços.

d) Qualificação Econômico-Financeira (art. 69)

- Balanço patrimonial do último exercício, devidamente registrado;
- Certidões negativas de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

e) Declarações Obrigatórias

- Declaração de inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública (conforme art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- Declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável;
- Declaração de que não foi penalizado com sanção impeditiva de contratar com o poder público.

f) Exigências Complementares (exclusivos para postos de arrecadação)

- Para fins de instalação de postos de arrecadação físicos, será analisada previamente a viabilidade técnica e operacional, considerando a necessidade da localidade em que a empresa pretende atuar, respeitando critérios de conveniência e oportunidade definidos pela Administração;
- A empresa interessada deverá possuir tempo mínimo de 3 (três) anos de atividade formal, devidamente comprovado por meio do CNPJ;
- O Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da empresa deverá ser compatível com o objeto da contratação, ou seja, incluir atividades relacionadas a serviços financeiros, bancários ou arrecadatórios.



7.6.12. Será vedada a participação de instituições quando:

- I. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- II. Sob processo de concordata ou falência;
- III. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Público ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
- IV. Que tenham pendência financeira ou contratual para com o Município de Itapetinga-BA e suas entidades da administração direta e indireta.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. A estimativa desta contratação encontra embasamento na pesquisa de preços realizada pelo setor competente que assim apresenta:

Itens	Especificações	Quant.	Unid.	Valor unitário orçado	Valor total orçado
01	Autoatendimento, Internet e Correspondentes Bancários	Unid.	320.000,00	R\$ 1,44	R\$ 431.200,00
02	Débito Automático	Unid.	2.400,00	R\$ 0,91	R\$ 2.190,00
Total	Quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e novena reais				R\$ 433.390,00

8.2. PREÇOS PELOS SERVIÇOS:

8.2.1. A título de remuneração da atividade de recebimento das contas de água, o SAAE pagará à CONTRATADA por conta arrecadada de acordo com a seguinte programação em D+0 e D+1.

Itens	Especificações	Valor por Tarifa
01	Autoatendimento, Internet e Correspondentes Bancários	R\$ 0,91
02	Débito Automático	R\$ 0,91

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias.

9.1.1. DOTAÇÕES

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa
06 - SAAE	18990000	4.023	3.3.90.39.00



CREDENCIAMENTO Nº 001-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo nº 143.25-06-2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo:

nº 143.25-06-2025

1.2. Área Requisitante:

Área Requisitante	Responsável
Sessão de cadastro, emissão e controle de contas	Leila Aureliana Neres Coelho

2. OBJETO

- 2.1.** Contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores, para prestação de serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA, através de Documento de Arrecadação, em padrão FEBRABAN e Débito Automático, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.
- 2.2.** Especificações e quantidades do objeto detalhadas nos subitens 7.2 e 7.3 deste termo.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 3.1.** A contratação de **instituições financeiras e agentes arrecadadores** para prestação de serviços bancários de arrecadação das faturas de água e esgoto emitidas pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA (SAAE)** é medida indispensável para assegurar o adequado recebimento das receitas da autarquia, viabilizando o funcionamento contínuo e eficiente dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água e tratamento de esgoto.
- 3.2.** O objeto proposto contempla o recebimento de faturas por meio de **documento de arrecadação em padrão FEBRABAN com autenticação por código de barras**, bem como **débito automático em conta corrente**, por meio da rede de agências e canais digitais das instituições credenciadas. A arrecadação deverá ser acompanhada da **prestação de contas em meio magnético**, conforme padrões técnicos definidos pelo SAAE, compatíveis com os sistemas internos de controle e conciliação financeira.
- 3.3.** Essa forma de prestação de serviço proporciona benefícios relevantes à administração pública e à população, tais como:
- **Ampliar a rede de arrecadação**, facilitando o pagamento das contas pelos usuários, inclusive em localidades mais afastadas;



- **Reduzir a inadimplência**, com mais opções de pagamento e maior comodidade para os consumidores;
 - **Desonerar a estrutura interna do SAAE**, ao transferir para os bancos e agentes arrecadadores a responsabilidade pela cobrança e autenticação dos pagamentos;
 - **Aumentar a eficiência administrativa e a segurança das informações financeiras**, por meio da prestação de contas eletrônica e da integração com os sistemas de arrecadação.
- 3.4.** Destaca-se, ainda, que o SAAE não possui competência legal, tampouco estrutura operacional, para realizar diretamente a arrecadação bancária, o que torna imprescindível a contratação de instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para atuar nessa atividade.
- 3.5.** A utilização do procedimento de **credenciamento**, conforme previsto no art. 78, inciso I, da **Lei nº 14.133/2021**, revela-se a forma mais adequada, por permitir a habilitação de múltiplas instituições interessadas, sem exclusividade, mediante critérios objetivos e isonômicos, assegurando ampla concorrência e atendimento ao interesse público.
- 3.6.** Assim, a contratação ora justificada visa garantir a continuidade, a regularidade e a modernização da arrecadação dos valores devidos ao SAAE, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Modalidade de Licitação: **Credenciamento**.
- 4.2.** As instituições financeiras e postos de arrecadações credenciadas prestarão serviços de recebimento de faturas, de acordo com as estipulações do edital e minuta de contrato
- 4.3.** A natureza do objeto é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 2021 haja vista que, os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de seu fornecimento são usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem objetos de credenciamento;
- 4.4.** O objeto, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo haver necessidade de prorrogação;
- 4.5.** Não há a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por parte da Contratada.
- 4.6.** O prazo de execução do serviço, objeto deste credenciamento será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura de contrato ou outro instrumento hábil, como a Nota de Empenho e da comunicação da contratada pelo setor requisitante.
- 4.7.** Não será exclusivo para ME/EPP, desta forma, salvo nos casos previstos no art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitações cujos itens de contratação não ultrapassem R\$ 80.000,00 devem ser destinadas exclusivamente para micro e pequenas empresas.
- 4.8.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.
- 4.9.** Será exigida a documentação para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.
- 4.10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS**



4.10.1. Os interessados em se credenciar deverão apresentar a seguinte documentação, conforme os incisos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

a) Habilitação Jurídica (art. 66)

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto ou equivalente), devidamente registrado;
- Registro comercial (no caso de empresário individual);
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 68)

- Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (RFB/PGFN);
- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de regularidade perante o FGTS (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – TST).

c) Qualificação Técnica (art. 67)

- Comprovação de experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica ou contratos anteriores;
- Declaração de que dispõe da estrutura física, tecnológica e operacional necessária para a adequada prestação dos serviços.

d) Qualificação Econômico-Financeira (art. 69)

- Balanço patrimonial do último exercício, devidamente registrado;
- Certidões negativas de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

e) Declarações Obrigatórias

- Declaração de inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública (conforme art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- Declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável;
- Declaração de que não foi penalizado com sanção impeditiva de contratar com o poder público.

f) Exigências Complementares (exclusivos para postos de arrecadação)

- Para fins de instalação de postos de arrecadação físicos, será analisada previamente a viabilidade técnica e operacional, considerando a necessidade da localidade em que a empresa pretende atuar, respeitando critérios de conveniência e oportunidade definidos pela Administração;
- A empresa interessada deverá possuir tempo mínimo de 3 (três) anos de atividade formal, devidamente comprovado por meio do CNPJ;
- O Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da empresa deverá ser compatível com o objeto da contratação, ou seja, incluir atividades relacionadas a serviços financeiros, bancários ou arrecadatórios.

4.11. Será vedada a participação de instituições quando:

- I. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- II. Sob processo de concordata ou falência;



- III. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
- V. Que tenham pendência financeira ou contratual para com o Município de Itapetinga-BA e suas entidades da administração direta e indireta.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1. Verificou-se que o mercado oferece **diversas instituições financeiras públicas e privadas**, que disponibilizam infraestrutura compatível com os serviços requeridos, incluindo:

- Arrecadação por **meios eletrônicos** (internet banking, autoatendimento, aplicativos e agências);
- Operação de **débito automático**, com gestão integrada por meio de sistemas padrão FEBRABAN;
- **Prestação de contas eletrônica (retorno magnético)** compatível com sistemas públicos de arrecadação;
- Atuação de **bancos cooperativos e digitais**, que têm ampliado sua participação nesse tipo de prestação de serviço, em especial para municípios de médio porte.

5.2. O levantamento demonstrou que os **valores praticados variam conforme a abrangência dos canais de atendimento**, volume de documentos arrecadados e modelo de remuneração adotado (valor global fixo ou valor unitário por transação).

5.3. Solução 1: Credenciamento.

5.3.1. As principais vantagens do uso do credenciamento neste caso são:

- **Ampliação dos canais de arrecadação:** Permite que várias instituições financeiras participem simultaneamente, aumentando a capilaridade e o acesso da população aos meios de pagamento.
- **Maior conveniência para os usuários:** O consumidor pode escolher seu banco de preferência para realizar o pagamento, inclusive via débito automático ou código de barras, sem limitação à rede de um único agente arrecadador.
- **Tratamento isonômico entre instituições:** Nenhum banco é impedido de participar, desde que atenda às condições do chamamento, promovendo concorrência indireta e atendendo ao princípio da impessoalidade.
- **Desnecessidade de seleção por proposta mais vantajosa:** Os serviços financeiros em questão têm natureza padronizada, com tarifas reguladas e práticas de mercado semelhantes. Nesse cenário, a escolha por menor preço em um pregão não traria ganho real para a Administração, podendo até restringir o acesso da população aos serviços.
- **Redução de risco operacional e aumento da eficiência:** Como não há exclusividade, a eventual saída de uma instituição não compromete a continuidade do serviço, pois outras permanecem em operação. Isso reduz riscos contratuais e melhora a eficiência da arrecadação.
- **Conformidade com experiências administrativas anteriores:** Órgãos públicos e autarquias similares (como os SAAEs de Quixeramobim/CE, Rio Bananal/ES, e outros) têm



adotado com sucesso o credenciamento para este tipo de objeto, conforme demonstrado no levantamento de mercado.

5.3.2. Dessa forma, o uso do **credenciamento** para a contratação de agentes arrecadadores é **a alternativa mais eficiente, flexível e adequada ao interesse público**, sendo plenamente compatível com a natureza contínua e pulverizada dos serviços de arrecadação de receitas públicas.

5.4. Solução 2: Pregão Eletrônico.

5.4.1. As principais vantagens do uso do Pregão Eletrônico.

- **Competitividade formal:** O pregão promove a competição entre os licitantes, com a escolha da proposta mais vantajosa, geralmente com base no menor preço.
- **Transparência e ampla publicidade:** Por meio da plataforma eletrônica, garante-se maior controle externo, ampla divulgação e possibilidade de impugnações e recursos.
- **Padronização de condições:** O edital define regras objetivas de julgamento, o que favorece igualdade entre os participantes.
- **Possibilidade de economia imediata:** Em serviços com grande margem de variação de preço, o pregão pode gerar economia relevante ao erário.
- **Limitação da concorrência a um único vencedor:** A arrecadação bancária é um serviço que deve ser ofertado por múltiplas instituições simultaneamente, para dar ao cidadão liberdade de escolha. O pregão impede isso, ao escolher apenas uma proposta vencedora.

5.5. Análise e escolha entre as soluções existentes:

5.5.1. A adoção da **SOLUÇÃO 1: credenciamento**, previsto no **art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** revela-se como a forma mais adequada para a contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores para a prestação de serviços de arrecadação de faturas de água e esgoto do SAAE de Itapetinga/BA.

5.5.2. Ao contrário do pregão, que visa à seleção de uma única proposta mais vantajosa, o credenciamento permite a **habilitação de diversos interessados**, desde que preencham os requisitos técnicos e legais estabelecidos no edital de chamamento público, **sem exclusividade e sem competição entre os credenciados**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na **contratação, por meio de chamamento público para credenciamento**, de **instituições financeiras e agentes arrecadadores** autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, visando à prestação de **serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto** emitidas pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Itapetinga/BA**.

6.2. A arrecadação ocorrerá por meio de:

- **Documento de arrecadação em padrão FEBRABAN**, com autenticação eletrônica via **código de barras**, em canais como: Internet Banking, aplicativos, terminais de autoatendimento, agências e correspondentes bancários;



- **Débito automático em conta corrente ou poupança**, mediante autorização prévia dos usuários cadastrados;
 - **Prestação de contas em meio magnético (eletrônico)**, em conformidade com os padrões estabelecidos pelo SAAE, compatíveis com seu sistema de controle financeiro e de arrecadação.
- 6.3.** A contratação será realizada por meio do **instrumento de credenciamento**, com base no art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço de natureza **contínua, padronizada, sem exclusividade, e cuja ampliação da oferta contribui para o melhor atendimento à população**, evitando-se concentração da arrecadação em uma única instituição.
- 6.4.** A solução prevê que todas as instituições interessadas e que atendam aos requisitos legais e técnicos definidos em edital poderão ser credenciadas, o que resultará em:
- **Maior comodidade ao usuário**, que poderá realizar o pagamento de sua fatura por meio do banco ou canal de sua preferência;
 - **Redução da inadimplência**, ao facilitar o acesso aos meios de pagamento;
 - **Melhor distribuição da arrecadação**, com descentralização e maior capilaridade de atendimento;
 - **Segurança e confiabilidade nas informações financeiras**, com controle eficiente por meio de arquivos eletrônicos de retorno e integração com o sistema interno da autarquia.
- 6.5.** Além disso, o modelo evita a exclusividade de contratação, **reduz riscos operacionais**, promove o **atendimento mais eficiente ao interesse público** e está alinhado com os princípios da economicidade, eficiência, publicidade e isonomia.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1.** O objeto a ser adquirido deve obedecer de forma estrita às especificações e quantidades previstas nas planilhas abaixo:

Itens	Especificações	Quant.	Unid.	Valor unitário orçado	Valor total orçado
01	Autoatendimento, Internet e Correspondentes Bancários	Unid.	320.000,00	R\$ 1,44	R\$ 431.200,00
02	Débito Automático	Unid.	2.400,00	R\$ 0,91	R\$ 2.190,00
Total	Quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e novena reais				R\$ 433.390,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 433.390,00 (Quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e novena reais)**, conforme discriminado no Termo de pesquisa de preços.
- 8.2.** A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, sendo composta por: Termo de Pesquisa de Preços e Cotações.
- 8.3.** Em atendimento ao disposto no Art.5º da IN nº 73/2020, para a obtenção dos preços máximos estabelecidos utilizou-se de forma combinada os parâmetros previstos nos incisos II, III e IV.



- 8.4. Foram priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos III e IV, nos quais foram pesquisados preços de contratações públicas no Painei do LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, firmadas no período de até 1 (um) ano;
- 8.5. Os valores considerados nessa estimativa encontram-se comprovados no Termo de Pesquisa de Preços.
- 8.6. Em atendimento ao Art. 6º da IN nº 73/2020 informamos que se utilizou como metodologia a Média dos valores obtidos na pesquisa de preços e que o cálculo incidiu sobre um conjunto de, no mínimo, três preços.
- 8.7. Os recursos serão vinculados às Naturezas de Despesas:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa
06 - SAAE	18990000	4.023	3.3.90.39.00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no artigo 40, inciso V, alínea b da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. O não parcelamento, nesse caso, encontra amparo no § 2º do artigo 40, inciso I:
- "I - A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item pelo mesmo fornecedor;*
- 9.3. Como, em regra, o aumento das quantidades a serem adquiridas conduz a uma redução nos preços unitários, o parcelamento do objeto pode acarretar um aumento nos preços unitários.
- 9.4. Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de elevação dos custos de gestão contratual em razão da multiplicação das contratações. Como o objetivo do parcelamento é a obtenção de maiores vantagens econômicas, sua adoção não é recomendada quando implicar num aumento do ônus para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1. Não serão necessárias contratações correlatas nem interdependentes para execução do objeto. Vale destacar que há no mercado várias empresas que apresentam condições e aptidões para cotar todos os itens, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 11.1. Não há alinhamento entre a contratação e o planejamento.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 12.1. A contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores visa modernizar e ampliar os meios de pagamento das faturas emitidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA



(SAAE), gerando diversos benefícios para a administração pública e para a população usuária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

12.2. Melhoria da eficiência arrecadatória: A diversificação dos canais de recebimento (agências, internet banking, débito automático, aplicativos, correspondentes bancários, etc.) facilita o pagamento pelos usuários e contribui diretamente para:

- **Aumento do índice de adimplência;**
- **Redução de custos com cobrança e negativação;**
- **Entrada de receitas de forma mais regular e previsível.**

12.3. Ampliação da acessibilidade ao serviço: Com a adesão de múltiplas instituições credenciadas, os usuários poderão quitar suas faturas por meio da instituição financeira de sua preferência, o que:

- Facilita o pagamento para pessoas que residem em localidades sem agência bancária;
- Favorece o uso de tecnologias digitais (aplicativos, QR Code, débito automático);
- Evita deslocamentos desnecessários, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

12.4. Transparência e segurança na prestação de contas: A exigência de retorno eletrônico (meio magnético) com os dados das transações arrecadadas assegura:

- **Maior controle financeiro** por parte da autarquia;
- **Integração segura com os sistemas internos do SAAE;**
- **Rastreamento de cada arrecadação**, favorecendo a transparência e a prestação de contas aos órgãos de controle.

12.5. Redução de riscos operacionais: Com o credenciamento de mais de uma instituição, evita-se a dependência exclusiva de um único agente arrecadador. Isso mitiga:

- **Riscos de interrupção na arrecadação** por falhas técnicas ou contratuais;
- **Necessidade de nova licitação em caso de rescisão unilateral;**
- **Problemas de sobrecarga de atendimento** nos pontos físicos de recebimento.

12.6. Atendimento ao princípio da economicidade: A contratação por credenciamento permite que a Administração **defina previamente o valor máximo aceitável por transação**, e que cada instituição se credencie de acordo com esse valor, assegurando:

- **Padronização das condições contratuais;**
- **Remuneração compatível com os preços praticados no mercado;**
- **Redução de custos indiretos com cobrança, inadimplência e protesto.**

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para a contratação dos serviços mencionados, serão adotadas as seguintes providências:

13.1.1. Elaboração e Aprovação do Termo de Referência

- Descrever detalhadamente as especificações técnicas do serviço e os critérios de avaliação e seleção.
- Definir as condições de execução, cronograma e forma de pagamento.

13.1.2. Levantamento e Análise de Custos



- Realizar pesquisa de mercado para determinar o custo estimado com base em propostas de fornecedores locais e regionais.
- Anexar os documentos comprobatórios, conforme exigido pela legislação vigente.

13.1.3. Consulta ao Setor Jurídico e Controle Interno

- Verificar a conformidade do processo licitatório com as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- Obter parecer jurídico sobre a modalidade de contratação e os requisitos legais.

13.1.4. Preparação do Edital de Licitação

- Elaborar o edital com critérios claros de habilitação, seleção e julgamento, garantindo a participação de fornecedores que atendam às exigências do SAAE.
- Publicar o edital no portal oficial e em meios de comunicação apropriados.

13.1.5. Realização do Processo Licitatório

- Conduzir a licitação conforme a modalidade adequada (pregão eletrônico ou presencial, dependendo do contexto).
- Registrar todas as etapas do processo para garantir transparência e rastreabilidade.

13.1.6. Formalização do Contrato

- Celebrar o Contrato com o fornecedor vencedor, observando as cláusulas de execução, penalidades e rescisão.
- Garantir que o Contrato esteja alinhado às condições estipuladas no edital e na proposta vencedora.

13.1.7. Planejamento da Operação

- Estabelecer mecanismos de controle para acionar os serviços de forma organizada, registrando a utilização da retroescavadeira e os serviços prestados.
- Designar responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.1.8. Gestão e Monitoramento

- Realizar o acompanhamento contínuo das atividades para garantir a conformidade com os termos contratuais.
- Emitir relatórios de controle das horas trabalhadas e dos resultados obtidos.

13.2. Essas providências visam garantir a execução eficiente do serviço, observando os princípios de economicidade, transparência e eficácia no atendimento às necessidades do SAAE e da população de Itapetinga-BA.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

14.1. A contratação envolve impactos ambientais, sociais e econômicos que devem ser considerados para garantir a sustentabilidade das ações e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

14.2. Impactos Ambientais

- Estimula o uso de **meios digitais para pagamento** (internet banking, aplicativos, débito automático), reduzindo a necessidade de impressão e envio de faturas em papel;
- Diminui o volume de deslocamentos até agências físicas, contribuindo indiretamente para a **redução da emissão de gases poluentes** relacionados ao transporte urbano;



- Promove a **adoção de soluções eletrônicas seguras e sustentáveis**, alinhadas à transformação digital da administração pública.

14.3. Impactos Sociais

- Facilita o pagamento por pessoas residentes em áreas mais afastadas ou sem acesso bancário físico;
- Permite que usuários com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência possam quitar suas faturas sem sair de casa;
- Reduz a inadimplência e, conseqüentemente, evita a interrupção dos serviços essenciais de água e esgoto, promovendo **segurança hídrica** e bem-estar coletivo;
- Estimula a **educação financeira e digital** da população, por meio do uso de canais modernos de atendimento.

14.4. Impactos Econômicos

- **Aumento da arrecadação própria da autarquia**, com maior eficiência na entrada de receitas e menor dependência de ações de cobrança;
- **Redução de custos operacionais** com impressão, logística, atendimento presencial e negativação;
- Possibilidade de negociação com instituições financeiras para **redução das tarifas por transação**, gerando economia aos cofres públicos;
- Estímulo à **competição entre os agentes arrecadadores**, por meio do modelo de credenciamento, promovendo **eficiência e modicidade tarifária**.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação.

15.2. Justificativa da Viabilidade.

15.2.1. Declaramos, com base neste estudo, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga-BA.

15.2.2. Sua viabilidade se configura, dentre os motivos expostos anteriormente, pelo fato de os materiais pleiteados terem as mesmas características do que já foi realizado no SAAE e obteve êxito.

15.2.3. Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a aquisição mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação. Portanto, declara-se viável e razoável a realização da presente aquisição.



SAAE DE ITAPETINGA - BAHIA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 14.464.143/0001-69

CREDENCIAMENTO Nº 001-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

ANEXO II

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
MINUTA DE CONTRATO Nº 0XX/2025
Processo Administrativo nº 143.25-02-2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O SAAE, POR INTERMÉDIO
DO (A) E
.....

O **SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPETINGA-BA**, inscrito no CNPJ sob nº 14.464.143/0001-69, situada na Rua Macarani, 164 - Centro, neste ato representado pelo seu Diretor, o senhor Airton Alves Ferraz, brasileiro, funcionário público, portador da cédula de identidade RG: 150446101, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e do CPF: 277.670.945-53, residente e domiciliado a Rua Ana Neri nº 386 - Casa - Bairro Centro CEP: 45.700-000, nesta cidade de Itapetinga, Estado da Bahia, legalmente investido no cargo, pelo Decreto nº 014/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Contratação de instituições financeiras e agentes arrecadadores, para prestação de serviços bancários de arrecadação de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapetinga/BA, através de Documento de Arrecadação, em padrão FEBRABAN e Débito Automático, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

EDITAL Nº 001-2025-CR



Itens	Especificações	Quant.	Unid.	Valor unitário orçado	Valor total orçado
01	Autoatendimento, Internet e Correspondentes Bancários	Unid.	320.000,00	R\$ 0,91	R\$
02	Débito Automático	Unid.	2.400,00	R\$ 0,91	R\$
Total				R\$

§1º Entende-se por baixa on-line o processo de baixa das faturas através da geração de arquivo, no padrão FEBRABAN, em via magnética e o envio pela contratada e recepção pelo SAAE por meio Web ou FTP dentro do prazo contratual.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da data de assinatura deste contrato, prorrogável por até **10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO DAS CONTAS

3.1. As atividades de arrecadação das contas de consumo de água serão executadas pela **CONTRATADA**, por meio de sua **rede credenciada**, observando rigorosamente os prazos de vencimento e os seguintes procedimentos operacionais:

a) O recebimento dos valores deverá ocorrer, **EXCLUSIVAMENTE, em espécie**, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive nos casos de devolução ou não compensação;

b) A CONTRATADA **somente poderá receber os valores expressamente indicados nas contas emitidas pelo SAAE**, sendo **vedado o recebimento de quaisquer outras quantias** dos consumidores;

c) É **proibido à CONTRATADA conceder descontos** por antecipação de pagamento, bem como **exigir acréscimos, encargos ou taxas** não previstos nos documentos de arrecadação;

d) A **alteração das datas de vencimento das contas** por parte da CONTRATADA é **expressamente vedada**;

e) A **quitação** das contas será comprovada por meio de:



- Autenticação mecânica; ou
- Ticket de pagamento anexado à fatura com **reprodução fiel do código de barras** nas duas vias do documento e leitura ótica correspondente.

3.2. A **primeira via** da conta deverá ser entregue ao consumidor, devidamente autenticada. A **segunda via (canhoto)** deverá compor a prestação de contas da CONTRATADA, acompanhada da respectiva **cópia digital (em meio magnético) e relatório de baixa diária impresso**, que poderá ser solicitada para conferência a qualquer tempo;

f) A CONTRATADA deverá enviar, **diariamente até às 20h**, arquivo eletrônico via internet contendo as informações de **baixa de pagamentos realizados no próprio dia (D+0)**;

g) Caso o arquivo eletrônico mencionado na alínea anterior seja devolvido pela CONTRATANTE por inconsistência ou erro, a CONTRATADA deverá proceder com os devidos acertos e reenviá-lo **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**;

h) A prestação de contas deverá abranger **apenas os documentos arrecadados em uma mesma data**, salvo em situações excepcionais como sábados, domingos, feriados ou encerramento do expediente bancário, podendo haver agrupamento justificado. O relatório de prestação de contas deverá ser entregue **até às 11h do primeiro dia útil subsequente à arrecadação (D+0)**.

3.3. A CONTRATADA será **inteiramente responsável** perante o SAAE pela arrecadação e **guarda segura dos valores recebidos**, até a efetiva prestação de contas, não se eximindo dessa responsabilidade, mesmo em casos de **caso fortuito ou força maior**;

i) A CONTRATADA deverá **transferir os valores arrecadados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis após a arrecadação (D+1)**, para a conta bancária de titularidade do SAAE, informada pelo responsável pelo setor financeiro do SAAE;

j) Em caso de divergência entre os valores arrecadados e os valores efetivamente transferidos, a CONTRATADA deverá **comunicar o fato imediatamente** à CONTRATANTE, detalhando as causas e **indicando as providências adotadas** para a regularização;

k) A CONTRATADA obriga-se a **prestar todas as informações e esclarecimentos que forem requisitados** pelos prepostos formalmente designados pela CONTRATANTE, relativos às atividades de arrecadação;

l) Qualquer alteração no **modelo da fatura**, no **sistema de arrecadação** ou nos **procedimentos de transferência de recursos**, promovida pela CONTRATANTE, deverá ser **antecipadamente comunicada** à CONTRATADA para sua ciência e anuência. A comunicação dar-se-á por **correspondência formal**, a qual **passará a integrar o presente contrato independentemente de aditivo ou qualquer outra formalidade contratual**.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. Regime de execução contratual:

4.1.1. Entrega parcelada;

4.2. Os prazos:

4.2.1. O serviço deverá iniciar imediatamente após a instalação do equipamento

4.3. Entrega:



4.3.1. Os serviços do **item 2.2.** deverão ser entregues no Escritório do SAAE de Itapetinga-BA, situado na Rua Macarani, 164 - Bairro Centro, ficando vedada a entrega em horário fora do expediente de trabalho, a não ser que haja recomendação, por escrito, na autorização de fornecimento, por parte da administração do SAAE.

4.3.2. Os materiais referentes aos serviços deverão ser entregues dentro dos seguintes horários:

4.3.2.1. Segundas-feiras às sextas-feiras no período da manhã, das 07:15h às 08:15h.

4.4. Recebimento do objeto:

4.4.1. Recebimento provisório:

4.4.1.1. Os objetos provenientes dos serviços prestados serão recebidos pelo fiscal de contratos o servidor **José Barros Silva, nomeado pela portaria nº. 30/2025**, que fará a avaliação básica do bem fornecido, como: aparência, quantidade, integridade física visual e condicionamento.

4.4.1.2. Os objetos provenientes dos serviços prestados recebidos pelo fiscal indicado neste Contrato, será submetido a verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Contrato, no Termo de Referência, no Edital de Licitação e na Proposta da contratada.

4.4.2. Recebimento definitivo:

4.4.2.1. Nesta fase será avaliada as características mais precisas do bem, como: especificações técnicas, e conformidade com as características do bem licitado;

4.4.2.2. Só após a realização do recebimento definitivo, a nota fiscal ou documento similar será encaminhada para empenho.

4.4.2.3. Garantia dos serviços:

4.4.3. A empresa deverá dar garantia dos materiais pelo período mínimo de 03 (três) meses a partir da emissão da Nota Fiscal.

4.4.4. No caso de entrega de itens em desacordo com as especificações, marca e modelo registradas na ARP, o fornecedor terá um prazo de 01 (um) dia útil para substituições do item.

4.4.5. Forma de comunicação:

4.4.5.1. A comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA se dará através de e-mail.

4.4.6. Do fiscal do contrato:

4.4.6.1. Participar de reuniões convocadas pela **gestora de contratos a servidora Miralva Rodrigues da Silva Rocha, designada pela portaria nº. 32/2025**;

4.4.6.2. Durante a execução do contrato o fiscal analisar a conformidade dos bens entregues em relação aos critérios e condições estabelecidos no contrato;

4.4.6.3. Avaliará a qualidade dos bens entregues, com auxílio de listas de verificações;

4.4.6.4. Se comunicará com o preposto da contratada, ou com a contratada, para corrigir eventuais falhas na execução do objeto;

4.4.6.5. Acompanhará a correção e a readequação das faltas cometidas pela Contratada quanto ao objeto do contrato e comunicar, ao **gestor do contrato**, situações que exijam notificação do contratado;

4.4.6.6. Solicitará ao **gestor do contrato** reunião com os agentes da gestão e fiscalização, quando necessário;

4.4.6.7. Encaminhará os registros que comprovam a fiscalização, com destaque para eventuais problemas encontrados, providências adotadas e problemas não corrigidos;



4.4.6.8. Atestará as faturas em conjunto com o **Gestor do Contrato**;

4.4.6.9. Emitirá o "Termo de Recebimento Provisório". Esse termo deverá consolidar os "Termos de Recebimentos Definitivo";

4.4.6.10. Elaborar relatório final da fiscalização do contrato em conjunto com o **Gestor do Contrato**. Esse relatório consolidará os registros e relatórios parciais de todos os agentes envolvidos no acompanhamento da execução do contrato.

4.4.7. Do Gestor do Contrato:

4.4.7.1. Instruirá o processo do contrato com toda a documentação relativa à execução e fiscalização do contrato;

4.4.7.2. Manterá os registros em sistemas e controles institucionais atualizados;

4.4.7.3. Providenciará a transparência ativa dos dados relacionados ao contrato, no *site* da instituição;

4.4.7.4. Identificará situações de impedimento ou riscos não aceitáveis relativos ao preposto indicado pela contratada e solicitar nova indicação, se necessária;

4.4.7.5. Formalizará o aceite do preposto da contratada, após a adequada indicação;

4.4.7.6. Identificará situações de impedimento ou riscos não aceitáveis relativos aos agentes públicos indicados para atuar na fiscalização do contrato;

4.4.7.7. Homologará a indicação dos agentes envolvidos na fiscalização do contrato;

4.4.7.8. Publicará, no *site* da instituição, a identificação e o contato dos fiscais do contrato;

4.4.7.9. Dará ciência formal aos agentes nomeados e disponibilizar os documentos relacionados ao contrato, as descrições das tarefas a serem desempenhadas e demais orientações necessárias à fiscalização;

4.4.7.10. Solicitará ao Ordenador de Despesa a emissão de "Ordem de Início da Execução do Contrato";

4.4.7.11. Convocar e conduzir, quando necessária, reunião com os agentes indicados para acompanhar a execução do contrato;

4.4.7.12. Convocar e auxiliar a condução de reunião com os agentes responsáveis pela fiscalização do contrato, quando solicitada pelo **fiscal do contrato**;

4.4.7.13. Elaborará os registros das reuniões (sugere-se gravar as reuniões e, adicionalmente, registrar as informações relevantes por escrito e de forma sucinta);

4.4.7.14. Acompanhará as ações dos agentes designados para fiscalizar o contrato, orientá-los e providenciar os recursos necessários à adequada fiscalização;

4.4.7.15. Receberá documentos relativos ao contrato, respondê-los ou encaminhá-los para os demais agentes envolvidos no acompanhamento da execução do contrato;

4.4.7.16. Encaminhará documentos ao ordenador de despesa para emissão de ordem bancária de pagamento;

4.4.7.17. Gerenciará a vigência do contrato, de modo a detectar, em tempo hábil, necessidades de prorrogação ou nova contratação;

4.4.7.18. Encaminhará documentação para formalizar os procedimentos para prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções e extinção dos contratos.



4.4.7.19. Providenciará o registro dos dados relativos às sanções aplicadas no âmbito do contrato no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP), conforme determinações da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

4.4.7.20. Notificará o contratado nos casos de irregularidade, falhas graves ou falhas reiteradas detectadas na execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor a ser pago por conta arrecadada será de R\$ 0,91 (**noventa e um centavos**), **resultando em um valor estimado mensal de R\$ (....)**, conforme estimativa apresentada na memória de cálculo anexa.

4.2. O pagamento da remuneração devida à CONTRATADA será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente à apresentação da respectiva **Nota Fiscal/Fatura**, desde que esta esteja devidamente preenchida, acompanhada da comprovação da arrecadação, e faça referência ao **número do contrato**. O pagamento será realizado via **depósito bancário** em conta de titularidade da CONTRATADA, indicada previamente no processo.

4.3. Sobre o valor da fatura incidirão os **descontos legais obrigatórios**, tais como:

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- Imposto Sobre Serviços (ISS), quando aplicável;
- Demais tributos previstos na legislação vigente;
- **Multas contratuais**, se houver, por descumprimento de cláusulas contratuais.

4.4. Caso o SAAE constate qualquer **inconsistência ou erro nos valores faturados**, a fatura será **devolvida à CONTRATADA para correção**. Se o pagamento já tiver sido efetuado, será realizado um **acerto de contas** imediato, mediante:

- Faturamento complementar, no caso de pagamento inferior ao devido;
- **Restituição do valor pago a maior**, por parte da CONTRATADA, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE.



8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do instrumento contratual.
- 8.2.** Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro (EM CASO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA), o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento (EM CASO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA), o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo (EM CASO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA).
- 8.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento (EM CASO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA) venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1.** São obrigações do Contratante:
- 9.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do SAAE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.



9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.13. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a)** Notificar formalmente a CONTRATADA, por escrito, sempre que forem constatados defeitos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo razoável para sua correção, nos termos da legislação vigente;
- b)** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estipulados neste Contrato, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal regularmente emitida e acompanhada da documentação comprobatória da execução dos serviços;
- c)** Prestar os esclarecimentos técnicos e administrativos solicitados pela CONTRATADA, desde que apresentados por escrito e relacionados diretamente à execução do objeto contratual;
- d)** Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, qualquer alteração na instituição financeira, agência, ou número da conta bancária definida na Cláusula III, destinada ao recebimento dos valores arrecadados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;**



10.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.10. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento e na legislação aplicável:

- a)** Executar os serviços contratados em estrita conformidade com as orientações e diretrizes técnicas estabelecidas pelo SAAE;
- b)** Assumir integralmente a responsabilidade pelo pagamento de despesas judiciais e extrajudiciais que lhe forem imputadas, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, própria ou de seus prepostos;
- c)** Dispor, às suas expensas, de toda a infraestrutura necessária à perfeita execução dos serviços, incluindo sistemas de autenticação, equipamentos, recursos tecnológicos e equipe técnica capacitada, assegurando a arrecadação e a baixa online das contas de água;
- d)** Realizar, diariamente até às 20h, o envio eletrônico do arquivo contendo as informações de baixa de arrecadação do próprio dia (D+0), por meio de sistema ou canal previamente acordado com o SAAE;
- e)** Reenviar os arquivos de baixa sempre que solicitado pelo SAAE, quantas vezes forem necessárias, visando a regularização e consistência dos dados;
- f)** Ressarcir integralmente o SAAE por eventuais prejuízos financeiros comprovados, decorrentes de paralisações ou interrupções nos serviços contratados, excetuando-se os casos motivados por determinação expressa da CONTRATANTE ou por evento de força maior ou caso fortuito, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da sua ocorrência;
- g)** Manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no procedimento de contratação, devendo apresentar documentação atualizada sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- h)** Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE;
- i)** Garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, zelando pelo atendimento adequado ao usuário final e pelo fiel cumprimento das disposições contratuais;
- j)** Somente poderá veicular o nome ou marca da CONTRATANTE em peças de divulgação, propaganda ou publicidade institucional, mediante autorização prévia, expressa e formal do SAAE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.4.2. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.4. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

12.2.4.4.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

12.2.4.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.2.4.7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

12.2.4.8. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



- 12.3.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- 12.3.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.3.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos



que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do SAAE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa
06 - SAAE	18990000	4.023	3.3.90.39.00

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça de Itapetinga, Seção Judiciária para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Itapetinga – BA, xx, de de 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 14.464.143/0001-69

Airton Alves Ferraz
CONTRATANTE

EMPRESA

CNPJ

Representante legal
CONTRATADO

EDITAL Nº 001-2025-CR



CREDENCIAMENTO Nº 001-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

ANEXO III

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO: (Rua, Avenida, complemento e nº, bairro)

Telefone(s):

Fac-símile:

E-mail:

Sr. Presidente,

Vimos, por meio do presente, requerer nosso credenciamento, em conformidade com o Edital nº 001/2025, juntando para tanto, todos os documentos exigidos, devidamente assinados e rubricados.

Declaramos ainda, sob as penas da lei, que:

- a)** Tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- b)** Encontramo-nos idôneos para licitar, contratar ou firmar convênio com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- c)** A empresa não se enquadra nas situações previstas no item 2.2 do Edital e que as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- d)** Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente credenciamento bem como estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- e)** Concordamos integralmente com os termos do edital e de seus anexos

Local de data.

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa)

EDITAL Nº 001-2025-CR



CREDENCIAMENTO Nº 001-2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143.25-06-2025

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaro, para fins de habilitação no Credenciamento nº 001/2024 que este estabelecimento executa suas atividades empresariais em estrita obediência ao princípio constitucional do art. 7º, XXXIII, observando a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Declaro ainda, estar plenamente ciente de que qualquer transgressão a esta regra acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme o caso, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato administrativo respectivo.

Local de data.

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa)

EDITAL Nº 001-2025-CR